

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

N.º 11

DOIS TEMAS SOBRE O NORDESTE

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

Setembro / 1992

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔ-  
MICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Nº 11

DOIS TEMAS SOBRE O NORDESTE

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

Setembro/ 1992

## Índice

### Reintroduzir a questão Nordeste

1. Os rumos das interpretações; 2, O essencial do processo.

### A economia do Nordeste em perspectiva

1. Preliminares; 2. A herança de períodos anteriores; 3. As manifestações locais da conjuntura;
4. Acumulação de capital e distribuição da renda.

## REINTRODUZIR A QUESTÃO NORDESTE

### 1. Os rumos das interpretações

A questão Nordeste denota um problema nacional materializado em uma região incapaz de superar seus problemas de pobreza crítica e desigualdade extrema de renda. Pareceu desvanecer-se junto com o descrédito das políticas que se propuzeram para transformá-lo e com algumas teses que consideram que a região econômica como tal perdeu sentido. As revisões do processo econômico e social que identifica o Nordeste como região, mesmo quando não por contraste com o Sudeste e o Norte, deixam dois testemunhos principais: a discussão da divisão inter-regional do trabalho e a centralização do capital. Mas como se refletem estas duas discussões na consistência do Nordeste como realidade econômica, cultural e política? Alegam alguns que é válida a imagem de região cultural e política, mas não de região econômica unificada. Que seria então esta região? Sustentam outros que a região permanece, pura e simplesmente por efeito da herança histórica e da ação governamental. O que faz supor que há uma racionalidade governamental externa à dos grupos de poder da região.

Este questionamento volta a ser atual, dado que esta parte do País mostra um contraste cada vez mais nítido entre a reprodução de seu sistema político e as alterações de seu sistema de produção.

Mas qual a profundidade e quais as possibilidades de difusão dos efeitos de políticas industriais, por exemplo, que são desenhadas para atender sistemas regionais de produção formados há várias décadas; e que se revelaram reiteradamente incapazes de sobreviver sem subsídios ao capital? Que significa a sobreposição de políticas de implantação de novas indústrias semelhantes às que se fecham por incapacidade de reproduzir seu capital? Não se trata, realmente, de voltar a atenção para os aspectos reiterativos da permanência de estruturas de produção que não superam suas limitações comerciais e financeiras?

É preciso admitir a possibilidade de que o encaminhamento da análise - e não só sua competência - possa ter levado a interpretações da região por caminhos contraditórios com a visão crítica do problema regional, naquilo em que a consistência histórica do Nordeste advém da interligação entre os aspectos econômicos e os culturais e os políticos; e naquilo em que as definições do problema econômico tenham cedido ao patrulhamento da análise econômica ortodoxa; e por isto tenham formalizado a interpretação antes de examinar seus fundamentos.

Além disso os dois últimos decênios têm sido pouco estimulantes para a renovação do pensamento autônomo na região em seu conjunto. À parte da ênfase na divisão inter-regional

do trabalho, que de fato é uma extensão da interpretação econômica da acumulação separada da formação de classes, fez-se pouco para entender as transformações ocorridas no interior do espaço-tempo nordestino, onde está a matriz de poder social (1). São escassas as obras como a de Leonardo Guimarães (2), que se dispõem a tratar o tema com sua natural complexidade. A sucessão de teses levantadas por Celso Furtado revelou uma fratura da análise que por sua vez indicava a descontinuidade da condução nacional das questões regionais, isto é, a dificuldade da burocracia federal para perceber a pluralidade regional (3).

Exceto por anteriores colocações de Rômulo Almeida - jamais escritas - e de Inácio Rangel (4), que enfrentaram os problemas da construção e da reprodução da capacidade instalada, a relação entre movimentos do capital e movimentos da produção foi relegada a segundo plano, focalizando-se a atenção na relação entre a implantação de capital novo e os movimentos do produto interno bruto. O contraste com as políticas da década de 70 - marcadas pelo estilo da administração Delfim Neto - foi brutal. Substituíram-se as instituições representativas da interação local dos agentes da produção e do consumo, impuzeram-se projetos de investimento externamente comandados, que contribuíram para desarticular as negociações locais. Na prática, a região deixou de ter política agrícola e política industrial.

A preferência pelo imediato no Nordeste significa o alinhamento com as demandas operacionais do funcionamento dos governos estaduais e de alguns municípios, com a consequência de que as análises da formação econômica da região ficam tacitamente subordinadas a propósitos menores de justificar programas esporádicos de governo. As razões mais profundas por debaixo desses programas, como sustentar estruturas de produção econômica - frágeis e politicamente poderosas, ou de dar acesso a grupos tradicionais para participarem de novos investimentos, ficam subentendidas ou são ignoradas. A pressão para pensar a curto prazo vem, também, na forma de explicar ou de conduzir os ajustes entre o funcionamento das empresas de cada centro regional e as flutuações da política monetária e fiscal nacional. Em sua condição de região que recebe ciclos, que não tem aptidão para modificar o sentido o ciclo, o Nordeste tem sempre políticas estaduais promotoras de crescimento que não ligam a continuidade do crescimento à da formação de capital.

A maior visibilidade da fraqueza dos governos estaduais nordestinos - além do real debilitamento de alguns deles - levou, já de alguns anos, à proliferação de propostas de política econômica local que se apoiam na entrada de capital externo à região, que tacitamente pressupõem-se incapazes de induzir o capital localmente formado a reincorporar-se no sistema de produção da região. O velho argumento da escassez de capital, contestado por Celso Furtado na década de 60, retornou sob diversas formas, alimentando propostas de política regional tão simples como de condicionar a formação de capital de uma região deste porte ao desenvolvimento de turismo, a partir de níveis atuais incipientes nesta área.

Nessas condições, a análise econômica dos movimentos da produção e dos de consumo trata da renda formada que retorna efetivamente à produção e da renda pessoal disponível atuais, isto é, exclui-se de discutir os mecanismos de formação da renda. Neste ponto, precisamente, reiniciar uma interpretação econômica da região significa rever os nexos entre a formação de capital e a formação de renda, em que a renda atual disponível surge como uma consequência e não como ponto de partida. Por exemplo, a cadeia de decisões que resulta num esforço social prolongado para viabilizar e tornar lucrativa a agro-indústria do açúcar é deliberada antes de verificarem-se a rentabilidade e os efeitos locais indiretos desta cultura. Ao redor de cada mercadoria agro-industrial exportável forma-se um sistema de interesses que se reproduzem mediante o sistema político, que retornam ao quadro econômico transmitindo a racionalidade da política e não a da produção.

## 2. O essencial do processo

Assim, é oportuno voltar às teses levantadas por Francisco de Oliveira (4), em que ao criticar as contradições do dualismo na escala regional indiretamente indicava aquela contradição mais profunda do pensamento social sobre o Nordeste, que se centra no espaço da produção moderna, mas que não explica o dinamismo da sobrevivência das formas de produção primitiva e a convivência das formas de exploração entre as formas de produção hoje concomitantes. Ao perceber a pluralidade inerente à região, que se reproduz junto com a reprodução do segmento modernizado, verifica-se que a diferenciação de condições de exploração dos trabalhadores vem junto com o fato de que um contingente numeroso e crescente de pretendentes a trabalhador não tem como entrar no mercado de trabalho; e que um número também elevado de pessoas que trabalham está constrangido à posição de marginais em relação com o mercado formal de trabalho, isto é, têm que estar em trânsito entre o âmbito do assalariamento formal e o da sobrevivência no formal e no informal.

Essencialmente, independente de qual seja o destino do modelo econômico proposto para o País em seu conjunto, a parte dele que corresponde ao Nordeste revelou-se completamente inadequada para oferecer alternativas para o sistema de produção que abram novas oportunidades de redistribuição de renda. Seja porque uma parte deste sistema, repetidamente, entra em crise e sobrevive apenas mediante subsídios ao capital, seja porque suas mercadorias não obtêm resultados positivos no mercado mundial, onde seus preços tendem à baixa, aflora uma questão essencial sobre o sistema de produção do Nordeste. A maior parte de suas áreas agrícolas novas, como grande parte de suas indústrias novas, são reformulações de empreendimentos anteriores que perderam competitividade. O rumo seguido pelo sistema de produção corresponde a uma reiterada deficiência de competitividade (5).

No entanto o problema de competitividade é apenas o aspecto superficial, possivelmente enganoso, de problemas mais profundos de capacidade - ou de interesse - do capital da região para adaptar-se às condições predominantes no mercado nacional. A constituição de um eixo oligarquia-oligopólio com a capacidade de reconstituir regionalmente, com o poder de re-viabilizar seu componente rural ao longo das transformações da indústria nacional - tal como acontece com o açúcar e com a pecuária - revela que há instâncias de poder que se mantêm a par da organização nacional do poder.

Neste sentido, o primeiro problema a discutir, afetando a discussão dos demais, é a questão agrícola. A suposta inviabilidade da agricultura na região, ou sua suposta falta de vocação agrícola, coincide com o fato de que as melhores terras da região, irrigadas ou não, estão bloqueadas por uma estrutura fundiária que as destina à produção daquelas mesmas mercadorias para exportação, ou que as mantém ocupadas por uma pecuária extensiva de baixos rendimentos por hectare e de baixa rentabilidade em relação com a pecuária de outras regiões (apesar de eficiente aqui, onde opera com baixo endividamento e com terras baratas).

As alterações das condições de funcionamento da produção rural, em programas regionais ou em projetos especiais, de irrigação ou para agricultores inviáveis, mostraram que a sustentação dessas vantagens iniciais da agricultura é essencial para a manutenção daquele mesmo sistema de poder que conduz a industrialização de caráter regional. Pela mesma razão, o acompanhamento das experiências mais modernas de produção rural, o acompanhamento das experiências mais modernas de produção rural na região mostra que os novos investimentos procuram operar em moldes comparáveis aos da agricultura tradicional; e que o problema econômico de eficiência (rendimentos, produtividade, rentabilidade ?) ficou subordinado à equação da competência política para chegar a acordos oportunos com os oligopólios industriais.

Ao longo da década de 80 verificou-se que a produção agrícola nordestina ficou dividida entre aquela produção rentável articulada com sistemas inter-regionais e internacionais de comercialização, raramente na produção de alimentos; e a produção orientada para consumo local ou regional, subordinada a circuitos locais de comercialização, geralmente operando com estreitas margens de lucratividade e elevadas margens de risco. A formação rural de capital ficou controlada desde fora do setor agrícola. A produção agro-pecuária, exceto a praticada por grandes grupos econômicos, realizou-se com margens de lucro inferiores às suas congêneres do Sudeste e do Sul.

Assim, dificilmente pode-se falar de formação de capital no agro nordestino de modo independente de um movimento geral de formação de capital controlado a níveis de decisão financeira externos ao setor. A centralidade do problema da formação de capital sugere que a questão Nordeste deve ser revista, não em função do desempenho atual da região em termos de formação

de renda, mas em termos do sentido consequencial de sua formação de capital.

No relativo a indústria encontram-se, também, elementos peculiares que devem ser levados em conta. Aprofundaram-se as diferenças entre as indústrias formadas no estilo tradicional do aproveitamento de vantagens de recursos naturais e as indústrias criadas a partir das vantagens da centralização do capital financeiro. Coincidem o desmonte das indústrias tradicionais de alimentos, a sustentação artificial de indústrias de médio porte de bens de consumo durável e a reprodução das indústrias do circuito químico e petroquímico articuladas pela transformação e associação das mega-empresas.

A retração do Estado, ou seu alinhamento com a reprodução do capital regionalmente acumulado, equivale a uma adesão ao modelo financeiro regionalmente concentrador. O dinamismo da formação de capital fica restrita àquele tipo de empresas capaz de chegar às linhas de financiamento indiretamente oferecidas pelo governo, isto é, as empreiteiras com as indústrias que lhes estão coligadas. Reintroduzir a questão Nordeste é colocar um aspecto irreduzível da questão nacional, qual seja, de um componente do conjunto nacional onde o eixo oligarquia-oligopólio continuou funcionando sobre um acordo de poder que se mostra válido para acompanhar as transformações do sistema de produção na escala nacional.

#### Notas bibliográficas

1. Claus Offe, "Capitalismo desorganizado" (Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989) pp. 7.
2. Leonargo Guimarães Neto, "Introdução à formação econômica do Nordeste", Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1989.
3. Fernando Pedrão, "Racionalidade e criatividade" (ensaio sobre a obra de Celso Furtado, apresentado em seminário em João Pessoa, 1991) Textos para discussão interna, CME/UFBA, 1992.
4. Francisco de Oliveira, "A economia da dependência imperfeita" Graal, Rio, 1980.
5. Fernando Pedrão, "A competitividade da indústria no Nordeste" em Revista Econômica do Nordeste, nº3 vol. 15, 1984.

## A ECONOMIA DO NORDESTE EM PERSPECTIVA (\*)

### 1. Preliminares

As perspectivas do Nordeste hoje dependem de maior número de elementos externos que do desempenho de seu sistema de produção; e de maior número de elementos relativos à estruturação política de seu sistema de produção que de aspectos tecnológicos e de produtividade de seus estabelecimentos de produção. Uma primeira observação neste sentido é que principalmente a partir dos movimentos da economia brasileira durante a década de 70, o Nordeste tornou-se uma região de importância decrescente na formação de capital do país em seu conjunto e com participação ainda mais fortemente declinante na formação dos setores com melhores perspectivas de crescimento. A região Nordeste, entendida como conjunto de oito estados, deixou de responder de modo exclusivo aos estímulos e ao poder dos governos estaduais, passou a refletir impulsos regionalmente localizados, que são formados e retransmitidos no âmbito privado.

No Nordeste, mais que em outras partes do País, revela-se inadequado tentar estabelecer previsões econômicas, entendidas como previsões de produção, desligadas do referencial de decisões públicas e privadas que constitui o marco político da economia. Mais que nas regiões de ocupação mais recente, no Nordeste a reconstituição dos interesses oligárquicos e sua integração com as principais iniciativas industriais - com poucas exceções significativas - torna impraticável a antes pretendida separação entre as oligarquias tradicionais e as novas elites do poder industrial.

Paralelamente, o Nordeste tem menor proporção de trabalhadores assalariados que as regiões mais capitalizadas do País, com a consequência de combinar uma maior proporção de trabalhadores rurais em ocupação precária com trabalhadores urbanos informais, portanto, com maior vulnerabilidade às oscilações do nível da atividade que as regiões mais ricas. Comprovadamente, a maior parte dos produtores agro-pecuários do Nordeste não tem contabilidade de custos, o que significa que trabalham sem saber de quanto capital dispõem, com quais custos operam e qual renda recebem pelo capital que empregam ou como compensação de seu trabalho. Isto significa que a região em seu conjunto reage de modo não necessariamente capitalista a políticas de preços, e ou que não trabalha com a necessária sensibilidade em comparações entre aplicações no âmbito rural ou no industrial.

(\*) Conferência apresentada à reunião do Conselho Nacional de Economia em Natal, de 9 a 11 de setembro de 1992

Dessas considerações infere-se que o Nordeste tem perfis de comportamento diferentes dos dos estados do sul e do sudeste do País, assim como - por razões diferentes - das regiões agora em formação no centro e no oeste. Conseqüentemente, as avaliações sobre as possibilidades de desempenho da região demandam modificações de tratamento de método, de compreensão de seus agentes econômicos e de inferência sobre suas possibilidades de mudança. Tal observação aplica-se, especialmente, à crise das grandes cidades da região e a sua comparação com as cidades de porte pequeno e médio das zonas em expansão.

## 2. A herança de períodos anteriores

O Nordeste tem uma trajetória de formação de seu sistema de produção e de perfil de consumo que não pode ser ignorada. As perspectivas dependem muito da trajetória seguida pela região. Alguns traços de seu desenvolvimento devem ser destacados, como os seguintes.

Primeiro, a inadequação dos usos dos recursos naturais, que afeta sua agricultura e sua urbanização, que se manifesta no constante desmatamento e nas monoculturas não alimentares, com as conseqüentes restrições da oferta de alimentos. Estas restrições estão ligadas ao bloqueio agrário, representado pela estrutura de grandes propriedades e minifúndios, que primeiro afeta as melhores terras e finalmente se reproduz em grandes propriedades no sertão. Assim, a inadequação dos usos do solo está claramente ligada à persistência de problemas de comercialização, que afetam principalmente o ramo de alimentos.

Segundo, a industrialização do Nordeste hoje é o resultado de diferentes impulsos de industrialização, basicamente descontínuos, compreendendo a industrialização formada antes da década de 30, a formada depois da segunda guerra mundial, e movimentos de desindustrialização que afetaram a maior parte das zonas de concentração industrial. A estrutura industrial desigual de hoje compreende componentes residuais de impulsos anteriores e os efeitos de políticas de subsídio ao capital privado, que em diferentes momentos atingiram a agro-indústria canavieira, a química e a petroquímica e a metal-mecânica. Também aqui verificam-se notáveis diferenças de comportamento entre empresas, decorrentes do fato de que uma grande parte da indústria localizada no Nordeste consiste em sucursais de empresas localizadas no sudeste e mesmo no exterior.

Terceiro, os problemas de concentração de pobreza crítica, mais visível nas grandes cidades, mas que denota diferenças extremas entre os segmentos mais modernos da produção e do consumo e as condições de vida da maioria da população. As desigualdades sociais não cessaram de ampliar-se nos últimos anos,

afetadas pelas políticas de contenção da ação pública, pela restrição de apoio financeiro à agricultura, pelo debilitamento das políticas sociais em geral. O debilitamento dos governos estaduais e dos municipais traduz-se na concentração de problemas sociais urbanos em escala proporcionalmente sem comparação com os estados mais ricos da união.

Quarto, ligado aos tópicos anteriores, os deficit de infraestrutura econômica e social. À parte das carências, grande parte das obras de infraestrutura do Nordeste são de duvidosa justificação econômica, fazendo-se mais compreensível quando analisadas à luz da racionalidade da sustentação do sistema político de poder. No relativo às cidades, está definido um descompasso entre a renda familiar e as tarifas dos transportes coletivos. No relativo ao meio rural, a carência compara-se à dos países mais pobres do mundo. No que toca a transporte interurbano de mercadorias, encontra-se uma diferença decisiva entre o transporte das mercadorias integradas em trocas internacionais e as mercadorias de consumo local ou regional.

### 3. As manifestações locais da conjuntura

Um aspecto especialmente importante da conjuntura nacional para o Nordeste é o aumento da importância da movimentação financeira e sua desvinculação da operação de todo aquele capital privado cuja escala não dá acesso a financiamento acionário. Numa região onde predominam empresas segregadas deste tipo de financiamento há, entretanto, uma forte vinculação através de capital privado, pelo sistema de financiamento bancário controlado, desde a poupança aos fundos de renda fixa e de risco. A maior capacidade das empresas da região para financiarem-se através destes elementos do sistema de financiamento significa que a formação de capital das famílias do Nordeste funciona, de fato, como fundo de financiamento das empresas de capital aberto.

Para o Nordeste a política econômica a curto prazo tem, portanto, um valor específico, distinto do que se registra como nacional pelo modo como rebate no Sudeste e no Sul do País. As restrições de crédito atingem aqui uma agricultura que convive com elevadas margens de incerteza, bem como opera com maiores restrições de capital. Por um lado a maioria das empresas nordestinas tem menor capacidade para pagar salários, e por outra parte os trabalhadores nordestinos vivem com menores salários e com menor garantia de seus empregos. Paralelamente, os preços dos combustíveis, as tarifas de energia e os custos dos transportes inter-regionais são os mesmos, portanto, atingindo mais duramente as regiões que fazem transações sobre maiores distâncias. Tal como aconteceu antes, com a desorganização do transporte marítimo, o aumento dos custos do transporte rodoviário estrangula o Nordeste.

As exceções desse quadro geral são aquelas atividades em que a política econômica, federal e estadual, já desenvolveu mecanismos de subsídio ao capital que se atualizam com os diferenciais de rendimentos entre aplicações no sistema produtivo e no sistema de especulação financeira. Destacam-se a agro-indústria da cana de açúcar e a indústria petroquímica. A agricultura irrigada, especialmente em unidades de produção de médio e grande porte, beneficia-se de vantagens incorporadas nas obras públicas. A pecuária extensiva desponta como a atividade que melhor se adapta ao imperativo de reduzir ao mínimo os custos financeiros a nível de estabelecimento, tornando-se um atrativo para a aplicação de capital formado nas atividades tradicionais.

A diferenciação dos efeitos locais da conjuntura também contribuiu para acentuar as diferenças entre as sub-regiões onde predominam aquelas atividades beneficiadas pelos sistemas de subsídio ao capital e aquelas outras que não têm estas vantagens. Notoriamente, nos últimos dez anos aproximadamente, coincidindo com o fim dos subsídios à agricultura e com as políticas de estabilização monetária - quaisquer que sejam seus resultados financeiros - aumentaram as diferenças entre sub-regiões do Nordeste, bem como ficaram mais nítidas as diferenças entre as atividades que continuaram recebendo subsídios e as que não puderam fazê-lo.

Observa-se, além disto, que os efeitos negativos da conjuntura foram localmente agravados pela inviabilização e virtual destruição de setores tradicionais importantes como o cacauzeiro e outros de menor expressão nacional porém localmente essenciais, como as fibras vegetais e as frutas.

Correspondentemente, a capacidade do sistema de produção na região para criar empregos foi alterada definitivamente, observando-se, primeiro que a redução dos empregos nas atividades formais tradicionais não foi compensada por uma criação de novos empregos formais estáveis; segundo, que a criação de empregos nas novas atividades formais tem um elevado componente de empregos mais qualificados, muitas vezes abastecidos com trabalhadores trazidos de outras regiões; e terceiro, que o aumento da ocupação total realizada na informalidade urbana corresponde a trocas entre grupos sociais de baixa renda, com uma diminuição da capacidade das classes médias para demandar serviços. Em conjunto, verifica-se um agravamento da precariedade do emprego, portanto, uma tendência a que um maior número de famílias dependa de atividades em que há escassas ou nulas possibilidades de escapar do nível de sobrevivência.

O comportamento local do governo contribui para agravar esse quadro. A retração dos números reais dos investimentos na área social soma-se à generalização da política de redução do emprego público e à realidade da diminuição brusca do poder de compra dos salários dos funcionários públicos. Adverte-se que o discurso político de suspeição generalizada da qualidade e da pertinência do serviço público, na realidade resulta no desmantelamento da capacidade de planejar, aqui equivalente à de governar.

Trata-se, pois, de observar o papel do Estado na reprodução local dos movimentos da conjuntura. E aqui há dois aspectos a destacar: as modificações no perfil operacional dos governos estaduais e municipais, quando pressionados por falta de capacidade para investir e por prioridades locais; e as modificações, cada vez maiores, transmitidas desde as políticas federais, e transmitidas desigualmente ao nível local. Adverte-se que, além das diferenças entre as prioridades percebidas a nível federal e as localmente reivindicadas, há profundas diferenças na capacidade operacional com que as políticas são transmitidas, principalmente pelas prefeituras, resultando na virtual anulação de grande parte das iniciativas.

A retração da presença do Estado tornou mais claras essas diferenças. A criação de linhas de política federais chegando diretamente às localidades também contribuiu para debilitar os governos estaduais e os municipais. Em síntese, as disputas de poder no interior do Estado, reveladoras de contradições na estruturação política da economia, tornaram-se um elemento essencial na transmissão dos movimentos de conjuntura.

#### 4. Acumulação de capital e distribuição da renda

À luz da desigualdade de participação no sistema financeiro e da formação de capital nas empresas, observa-se que a acumulação de capital no Nordeste ficou restrita a três possibilidades principais, que são: (a) a acumulação realizada pelas grandes empresas que participam do segmento moderno e têm interesses nos segmentos tradicionais da produção; (b) a que é realizada pelos integrantes do segmento tradicional que têm respaldo concreto do governo; e (c) a realizada pelos interesses incorporados no comércio. A participação dos grupos médios superiores de renda na acumulação fica claramente limitada a suas possibilidades de acesso a ocupação gerada pelos segmentos que acumulam, que podem demandar serviços que requerem qualificação dos trabalhadores.

Na agricultura houve iniciativas federais na irrigação e projetos de desenvolvimento rural integrado, que finalmente constituíram vantagens para alguns grupos de produtores, dependentes entretanto de sua capacidade para participar da comercialização da produção. Evidenciou-se uma diferença crescente entre a posição dos assalariados - mesmo dos melhor pagos - e a dos trabalhadores independentes qualificados, como dentistas, médicos, contadores, que trabalham para a demanda dos setores que acumulam. Na prestação urbana de serviços, como em hotelaria e restaurantes, aprofundou-se a diferença entre a composição da demanda dos grupos médios de renda, especialmente de assalariados, e a demanda de renda formada fora da região. Em síntese, aprofundou-se a segmentação social correspondente à concentração na acumulação.

Como o Nordeste tem uma população de assalariados industriais proporcionalmente menor que a dos estados do Sudeste e do Sul, a participação do governo tornou-se estrategicamente mais importante. Independentemente de que esta participação se traduza em atividades eficientes ou em atividades ao processo de produção na região, a magnitude e a composição da despesa pública tem um significado inestimável como ativadora de mecanismos de criação de emprego e distribuição de renda, que devem ser encarados, claramente, sem ambiguidades.

O anverso da contenção da presença do Estado na economia é a rápida expansão dos grupos de trabalhadores informais. A expansão da economia informal pode ser interpretada de dois modos: como uma estratégia defensiva contra a sobrecarga representada pela pressão tributária; e como um reflexo da perda de capacidade da economia formal para absorver o número de pessoas pretendentes a trabalhadores. Ambos aspectos coincidem em mostrar uma inadequação entre o modo como a formação de capital se traduz em empregos; e novos aspectos da desigualdade na distribuição da renda, que foram até então negligenciados.

Há dois aspectos principais a observar nesse sentido: a diminuição do efeito emprego das despesas, especialmente dos investimentos; e os efeitos depressivos nos salários da acumulação de desocupados. A expansão da informalidade significa, de um modo ou de outro, que há um número de pretendentes a trabalhador que podem ser rotulados como exército de reserva; ao lado de outro contingente que dificilmente pode merecer este título. As diferenças de qualificação explicam uma parte do problema, como também as diferenças de conhecimento na inserção no mercado urbano de trabalho. Mas há outros fatores, como a concentração da renovação tecnológica em menor número de empresas, que determina uma segmentação do mercado de trabalho entre aqueles que têm acesso a empregos com perspectivas de reajuste salarial; e aqueles outros que estão restritos a empregos onde a remuneração está praticamente fixada em níveis inferiores aos de reprodução da força de trabalho.

Assim, no Nordeste, claramente, tem havido um processo de formação de capital que mantém uma parte dos trabalhadores na condição de realizarem sempre transferências para aqueles que acumulam, na forma de sustentarem-se com salários inferiores a suas necessidades familiares vitais. Também, tem sido um processo de acumulação que torna dispensável uma proporção crescente dos trabalhadores que se encontram nessa situação. Os redundantes, como os denominava Ricardo, tornam-se além disto, uma sobrecarga para o sistema de produção, naquilo em que pressionam para obter atenção na forma de moradia, alimentação, água, saneamento, transporte, segurança.

Observa-se um contraste marcante entre a situação prevalecente na região enquanto a economia rural de baixa capitalização pôde funcionar; e a situação prevalecente hoje, quando a concentração da comercialização tornou-a inviável. Os contingentes de trabalhadores que se deslocam na região, que vão para as capitais, ou que sobrevivem de ocupação precária, são agora pessoas

que estão fora de atividades ligadas aos principais circuitos de comercialização, pelo que ficam restritas a sobreviver na comercialização inter-pessoal local que é a informal. Paralelamente, as estratégias de defesa de interesses das empresas apontam a formas de racionalização de suas operações que tendem a reduzir a ocupação nos grupos sociais de trabalhadores menos qualificados.

As perspectivas do Nordeste são, portanto, pouco animadoras no que se refere à relação entre o padrão de acumulação e a criação de ocupação. A essência da inter-relação entre a estruturação técnica da economia e a estruturação de seu comando político torna-se evidente. Com ela, torna-se evidente a necessidade de uma reflexão crítica sobre a racionalidade instrumental da política "liberal" - ou economicamente ortodoxa - que tem prevalecido no País, com pequenas variações. O significado social de seus custos terá que ser reavaliado, inclusive como manifestação da legitimidade de seus objetivos.